



ABRANDH

Ação Brasileira Pela Nutrição e Direitos Humanos

Ata da Assembléia Geral Ordinária

Aos 14 dias do mês de março de 2011, às 18h00min horas na cidade de Brasília - DF, foi dado início pela presidenta Marília Leão a Assembléia Geral Ordinária dos associados e associadas da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), nas dependências da FIOCRUZ (Diretoria Regional de Brasília – DIREB), sito à Avenida L3 Norte, Campus Universitário Darcy Ribeiro – Universidade de Brasília (UnB), Gleba A, SC, Brasília - DF. Estavam presentes os seguintes associados e associadas: Marília Leão (presidenta), Valéria Burity (Vice-presidenta), Hugo Luis Castro de Mello, Nathalie Begin, Juarez de Paula e Francisco Menezes. Justificaram a ausência, Anna Peliano, Kátia Drager Maia, Luis Fernando de Lara Resende e Maria Eliane Menezes de Farias. Também participaram da Assembléia as consultoras e profissionais da ABRANDH, a saber: Elisabetta Recine, Juliana Rochet, Arceolinda Carvalho, Jucimara Garcia Morais, Ana Livia Medeiros Nogueira Fernandes e o contador Luiz Guilherme da Rocha Achy. Depois de verificado o quorum de conselheiros(as), Marília Leão iniciou os trabalhos em nome da Diretoria da ABRANDH e apresentou a proposta de pauta para a qual solicitou aos presentes a apreciação e aprovação: 1) Aprovação da pauta; 2) Apresentação e apreciação do Relatório de Atividades 2010; 3) Apresentação e apreciação das demonstrações contábeis da ABRANDH; 4) Relato sobre as questões administrativas: (i) Apresentação do Regulamento de Compras e (ii) Exposição de Motivos sobre Política de Recursos Humanos; 5) Cenário dos projetos atuais e futuros e 6) Outros assuntos de interesse dos presentes. A pauta foi aprovada por todos os associados(as) presentes. Marília solicitou que Elisabetta Recine fizesse uma apresentação sobre as principais realizações da entidade em 2010, constante do relatório de atividades encaminhado com antecedência a todos(as) associados(as). Elisabetta relatou que o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada já não é um tema desconhecido como há dois anos. Destacou que agora o desafio da ABRANDH é colocar o conceito em prática. Elisabetta enfatizou que o eixo estruturante das ações da ABRANDH continuará sendo o mesmo adotado em 2009, ou seja, as ações seriam pautadas na exigibilidade do direito humano à alimentação adequada. Ressaltou a importância da sustentabilidade da entidade tendo em vista que depende de recursos para “sobreviver”. Enfatizou, ainda, que a equipe da ABRANDH foi reduzida, mas que sofreu um ligeiro acréscimo em decorrência do novo projeto da CONAB e do PNAE. No ano de 2010, a entidade trabalhou em três projetos ligados a questão teórica e técnica do direito humano à alimentação adequada. O primeiro projeto é o da alimentação escolar, da agricultura familiar e do direito humano à alimentação adequada que ainda está em execução. O segundo projeto foi financiado pela União Européia com início no ano de 2009 e já foi finalizado; está relacionado à Ação Civil Pública movida na capital Maceió/Alagoas com objetivo de proteger os direitos das comunidades vulnerabilizadas. O terceiro projeto é uma parceria que foi firmada no ano de 2010 com o Ministério da Saúde com o objetivo de criar um documento sobre o direito humano à alimentação adequada no âmbito do Sistema Único de Saúde tendo como pano de fundo a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. A entidade continua elaborando projetos com o objetivo de buscar novos financiadores. A ABRANDH foi representada no CONSEA em duas comissões: CP1 e CP3 – que foram fundidas e CP4. A ABRANDH participou da elaboração do relatório do CONSEA. Foi firmado contrato entre a ABRANDH e o CONSEA de pequeno valor financeiro para editoração e acompanhamento deste relatório. Esse relatório faz um balanço interessante da evolução de vários indicadores, de como está a situação de SAN e o Direito Humano no Brasil e também olha um pouco para frente. Em relação ao CP4, Elisabetta descreveu que a principal missão é discutir as questões do direito e das políticas públicas relacionadas ao direito humano à alimentação adequada. A entidade contribuiu diretamente com duas Plenárias do CONSEA durante o ano de 2010: uma discutiu o Programa Bolsa Família e a outra o Programa de Alimentação Escolar. Essa participação foi pontual e acompanhada pela Valéria. Elisabetta

ressaltou que após a aprovação da Emenda Constitucional que incluiu o direito à alimentação adequada na Constituição, o CONSEA organizou um GT visando elaborar estratégias de ação. A contribuição da entidade, segundo Elisabetta, foi ano passado na discussão sobre a exigibilidade e judicialização desse direito a partir da incorporação na Constituição. O ano de 2010, a entidade firmou parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social visando discutir o Programa Bolsa Família para saber a real importância e o significado que teve para os Governos anteriores. Elisabetta descreveu brevemente o projeto sobre o Programa de Alimentação Escolar, tendo em vista que a consultora Juliana Rochet irá apresentá-lo adiante. Informou que a origem do recurso do termo de parceria firmado com a CONAB é do FNDE. Esse projeto foi desenvolvido em parceria com o IBASE. Ressaltou que a entidade foi a vários eventos nacionais e internacionais, em alguns foi representando o CONSEA. Elisabetta enfatizou que atualmente a ABRANDH tem como “calcanhar de Aquiles” à estratégia de comunicação com outras entidades, com setores ligados ao objetivo da entidade. Em 2010, foi dado o primeiro passo, renovação da página da internet da entidade que está mais ágil e com informações atualizadas. A estagiária Ana Livia é a responsável pela atualização das informações referentes aos projetos da entidade. O projeto da CONAB exigiu que a ABRANDH formulasse um regulamento de compras e contratação de obras e serviços. Atualmente, todas as compras realizadas pela entidade obedecem a esse processo. Elisabetta enfatizou que a parceria realizada com o MDS será um projeto bem trabalhoso, pois está ligado a questão de qualificação do controle social e da participação em políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse projeto prevê a realização de vinte e uma oficinas em todos os estados do Brasil e uma na região norte. A seguir Valéria iniciou a apresentação das atividades realizadas no âmbito do projeto junto a comunidades locais que vivem na Orla Lagunar de Macéio-AL, que foi financiado pela União Européia (EU). Explicou que o projeto tem como objetivo geral promover estratégias para a realização dos direitos humanos das comunidades da Orla Lagunar de Maceió tendo como referência a Ação Civil Pública (ACP) e a sentença judicial que determinam a realização progressiva dos direitos dessas comunidades. Além disso, como parte do objetivo geral, o projeto visa também criar subsídios para fomentar o uso de instrumentos para a cobrança de direitos, fortalecendo assim a defesa dos direitos humanos no Brasil, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade. Ressaltou que o Ministério Público utilizou a pesquisa realizada pela ABRANDH para fundamentar a Ação Civil Pública. Relatou como foram às visitas as comunidades de Alagoas. Explicou que para a realização do objetivo geral proposto, foram previstos dois objetivos específicos: 1) a criação de processos de *advocacy* envolvendo as lideranças comunitárias e movimentos locais para a efetivação dos direitos humanos previstos na ACP e na sentença judicial e; 2) a divulgação da ACP e da sentença para membros e instituições defensoras de direitos humanos e Poder Judiciário para que estes instrumentos possam ser replicados, tanto no estado de Alagoas como em outras localidades do Brasil. Em relação ao objetivo específico 1 foram realizadas atividades visando a formação das lideranças comunitárias com organização de oficinas. Nessas oficinas eram abordados temas relacionados a direitos humanos, leis e na elaboração de um plano para exigir os direitos decorrentes da sentença. Durante o primeiro ano havia uma consultora encarregada em dar apoio a comunidade em reuniões ou atos públicos. Em relação ao objetivo específico 2 foram realizadas ações de *advocacy* para divulgação da ACP e da sentença. Valéria comentou que foram realizadas reuniões com o Ministério Público visando reaplicar a experiência da comunidade de Alagoas; defendeu que a sentença decorrente da Ação Civil Pública deveria ser divulgada para outros promotores para que possam usar como “case” o reconhecimento da violação dos direitos humanos. Comentou, ainda, que foi realizada campanha de cartas dirigidas ao Poder Público com o objetivo de cobrar a efetivação da sentença decorrente da ACP e para o Poder Judiciário visando evitar que no segundo grau a sentença fosse modificada. Valéria disse que esse projeto trabalha com a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada numa situação de extrema pobreza. Enfatizou a necessidade de divulgar o resultado do projeto no site da ABRANDH tendo em vista que a atual Presidenta da República anunciou como objetivo principal de governo a erradicação da pobreza. Valéria comentou sobre os resultados alcançados com o projeto: fortalecimento das lideranças comunitárias, visibilidade a ACP, aproximação do Ministério Público com o Poder Judiciário, inauguração do centro de referência de assistência social, criação de duzentas vagas para crianças que não freqüentavam escola, construção do Conselho Tutelar, expedição de documentos e novos cadastros no Programa Bolsa Família. Ressaltou que o poder executivo montou uma comissão intersetorial para acompanhar a sentença da ACP. Relatou, ainda, que atualmente as lideranças comunitárias foram diluídas quando a comunidade foi removida e dividida em dois conjuntos habitacionais. Em decorrência da visibilidade da sentença da

ACP, o Poder Executivo englobou outra comunidade vulnerável no programa. O produto desse projeto pode ser conferido no site na ABRANDH que é um módulo voltado para a sentença da ACP e seus reflexos. Valéria defendeu a necessidade de ter uma entidade base na cidade de Alagoas para acompanhar os resultados do projeto. Juarez de Paula relatou que se preocupa com a falta de acompanhamento do projeto. A consultora Juliana Rochet apresentou o Projeto Agricultura Familiar da Alimentação Escolar ao Direito Humano à Alimentação Adequada. O projeto foi iniciado em setembro de 2010 e é fruto da parceria firmada entre a ABRANDH e a CONAB. A pesquisa é executada pela ABRANDH e IBASE. As equipes dessas duas entidades foram mobilizadas e participam ativamente tanto do projeto de elaboração dos referenciais dos instrumentos de pesquisa como da execução do trabalho de campo. Foram escolhidos três municípios de cada Região do país para realização do projeto que tem como objetivo identificar a partir do enfoque do direito humano como ocorre o processo de aquisição de alimentos das escolas através da agricultura familiar. A pesquisa visa identificar pontos positivos, pontos negativos, dificuldades, barreiras que os agricultores familiares, as prefeituras e as escolas encontram para operacionalizar esse novo processo aprovado em 2010. Juliana explicou o método utilizado na pesquisa: são 15 estudos de casos; há visitas a cada um desses municípios e é elaborado diagnóstico a partir de instrumentos de pesquisa, de questionários, de guias de entrevista que foram elaborados previamente pela equipe da ABRANDH. São realizados grupos focais com os agricultores familiares que participam ou não do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com o objetivo de identificar as dificuldades que ocorrem durante o processo. Juliana ressaltou a importância de ir ao encontro dos agricultores no campo, pois assim é possível reconhecer a realidade dessas pessoas. Juliana enfatizou que os gestores públicos também precisam ser estudados, pois também encontram dificuldade na hora de operacionalizar o PNAE. A consultora Juliana apontou que o município de Mangaratiba/RJ foi utilizado como pré-teste para o projeto. Ressaltou que já foi realizada uma reunião com a CONAB para prestação de contas e relato da pesquisa no mês de dezembro de 2010. O projeto está atualmente selecionando uma empresa para a gravação das entrevistas realizadas no decorrer do encontro dos grupos focais. Os produtos da pesquisa previstos no termo de parceria são: relatório ampliado, relatório sintético, cartilhas e formação para os agricultores familiares e gestores públicos. Juliana disse que há previsão de realização de um seminário com as entidades financiadoras. O associado Juarez de Paula elogiou a administração da presidenta Marília e o trabalho das demais integrantes da equipe, pois a ABRANDH estava quase encerrando as atividades em decorrência da falta de verba no ano de 2009. Destacou, ainda, a necessidade de divulgar os resultados dos projetos desenvolvidos pela entidade. O associado enfatizou que há necessidade de a ABRANDH estreitar as relações com a FAO tendo em vista que um brasileiro está sendo cotado para assumir a direção. Disse, ainda, que a ABRANDH deve observar as possibilidades de projetos de cooperação internacional com países em desenvolvimento como os africanos. A Presidenta Marília mencionou que entrou em contato com a FAO com o objetivo de arrecadar financiamento para projetos, mas devido a crise financeira internacional não há recurso disponível. Disse, ainda que atualmente a ABRANDH só tem orçamento para trabalhar com equipes locais nos projetos específicos. Expôs que os empregados que eram antes contratados com carteira assinada foram dispensados, pois a entidade não possui estabilidade para arcar com contratos a longo prazo tendo em vista que os projetos normalmente são de curta duração, doze meses. Defendeu que o projeto da agricultura familiar deve ter continuidade após o fim do contrato com dois projetos complementares. Um seria a formação de gestores e outro seria a mobilização e formação dos agricultores familiares. Ressaltou que há necessidade de atualizar o portfólio e o livro da ABRANDH. A seguir, Marília iniciou o relato sobre as questões administrativas da ABRANDH explicando que entregou aos conselheiros fiscais toda a prestação de contas e as peças das demonstrações contábeis referentes ao ano de 2010. Solicitou que o associado Juarez de Paula, conselheiro fiscal, apreciasse as contas apresentadas pela entidade e passasse então ao relato da mesmas. Juarez considerou que a criação do regulamento de compras foi um passo importante para entidade. Disse que a ABRANDH não adquiriu nada relevante para seu patrimônio e que as compras realizadas após a elaboração do regulamento foram todas feitas observando as novas regras. Na parte de recursos humanos, Juarez expôs que se preocupa com as atuais contratações pela entidade através do RPA, pois não isenta a instituição de reclamações trabalhistas. Não considera o modelo atual de contratação de mão-de-obra pela ABRANDH seguro. Defende que poderia ser substituído pelo contrato de trabalho temporário, pois a entidade ficaria resguarda contra ações trabalhistas. Ao final o conselheiro Juarez disse que considerou as contas regulares e propôs a aprovação pelos presentes. As contas apresentadas foram aprovadas por todos os presentes,

sem ressalvas. Marília considerou pertinente a crítica do consultor Juarez quanto as leis trabalhistas. Mas explicou a dificuldade que a Diretoria enfrenta para tomar as decisões sobre a forma de contratação das pessoas uma vez que os projetos não admitem as provisões com décimo terceiro salário, férias, multa do FGTS dentre outros, o que torna inviável para a entidade diante da falta de recursos institucional para cobrir tais compromissos. Marília relatou as dificuldades que a entidade enfrentou para assinar o termo de parceria com o MDS com cortes de orçamento. Solicitou, ainda, que a Assembléia deveria tomar algumas decisões estratégicas para a entidade. Marília apresentou outro problema para a Assembléia: a importância de os(as) associados(as) opinarem sobre a política de recursos humanos da entidade, em especial em relação aos paradigmas dos valores pagos aos consultores da entidade e para a diretoria. Para justificar esta preocupação da atual Diretoria apresentou a todos os presentes uma Exposição de Motivos sobre o assunto. Enfatizou que não acha correto a diretoria decidir por conta própria sobre o próprio salário e as remunerações do corpo técnico. Marília solicitou que a decisão sobre tabela de salários e sobre os paradigmas a serem adotados sejam, a partir desta data, uma decisão da Assembléia Geral. Juarez propôs que a atualização dos valores dos salários deveria ser acordo com as horas trabalhadas. Houve sugestão para que o salário fosse reajustado anualmente. Entretanto, segundo a Presidenta Marília, os salários são pagos de acordo com os valores previstos nos orçamentos dos projetos e que devem observados ao longo da execução dos mesmos. Ficou, então, decidido que o novo paradigma seria aplicável apenas aos novos projetos para que não haja prejuízo aos trabalhos que já estão em andamento e que a Assembléia passaria a decidir sobre os salários da diretoria e dos demais integrantes do quadro da instituição. Marília sugeriu que deveria ser elaborada uma tabela e que os paradigmas deveriam ser escalonados por classes de acordo com o grau de escolaridade e experiência profissional. Ressaltou que a entidade deveria ter um plano de cargos e salários, elaborado por consultoria especializada no assunto, assim que houver recursos desníveis. Foi decidido que o valor da hora paga para consultor nível sênior deveria ser cinquenta reais (50,00/ hora) e que seria elaborada tabela com os possíveis valores dos salários dos consultores para os novos projetos. E ficou reconhecida a importância de se buscar recursos para a contratação de consultoria especializada para elaboração de uma Política de Recursos Humanos para a entidade. Marília informou que a associada Nurit pediu para apresentar à AGO o seu pedido de desligamento da ABRANDH, pois não tem conseguido participar das Assembléias o andamento dos projetos da instituição. A associada Izabel Miranda pediu para sair do conselho fiscal, mas tem interesse em continuar como associada. Portanto, convidamos o conselheiro Armando que era suplente para ser titular no conselho fiscal. Valéria Burity avisou que não poderá mais ser a vice-presidenta, pois foi convidada para assumir uma coordenação no MDS. E como exercerá função pública também acha mais adequado não ser mais associada da ABRANDH e pediu o seu desligamento do quadro de sócios. Todos os pedidos mencionados foram acatados pelos presentes. Juliana Rochet foi aprovada como associada e logo em seguida foi eleita como vice-presidenta. Os presentes reiteraram que ficam então autorizadas a assinar cheques, bem como representar a ABRANDH junto a instituições bancárias e financeiras a Presidenta Marília Mendonça Leão, a Vice-Presidenta eleita nesta AGO Juliana Rochet Wirth Chaibub e a consultora Elisabetta Gioconda Iole Giovanna Recine. A Presidenta Marília pediu para consignar na ata o endereço atualizado da ABRANDH – SCLN 215, Bloco “D”, salas nº 115. Não havendo mais nada a ser tratado, Marília Leão agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a Assembléia Geral Lavrou-se a presente Ata que foi aprovada por todos os presentes e assinada por Marília Mendonça Leão (Presidenta) e Valéria Burity (Vice-presidenta), que a redigiram. Faz parte da presente Ata a relação de sócios que estiveram presentes à Assembléia, o Relatório de Atividades de 2010 e Demonstrações Contábeis acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal, tudo devidamente aprovado e assinado pela presente Assembléia Geral dos associados e associadas.

Brasília, 14 de março de 2011.

Marília Mendonça Leão
Presidenta

Valéria Burity
Vice-presidenta